



PARLAMENTO

MATO GROSSO

EDIÇÃO DIGITAL ONLINE

ANO XXVII | MAIO
EDIÇÃO 15 | 2024



O adeus à deputada federal Amália Barros



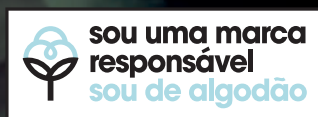
**Extinção do Parque
Cristalino volta a ser
debatida**



**PL de 'catástrofes
climáticas' é
apresentada**



SEU MELHOR
ESTILO ESTÁ EM
SINOP



CASAPRADO.COM.BR



CASA  PRADO

AV. DOS JACARANDÁS, 2655
SETOR RESIDENCIAL SUL

Caros leitores,

Nesta edição, teremos uma matéria sobre a morte da deputada federal por Mato Grosso, Amália Barros, que morreu aos 39 anos. A personalidade e a luta dela pelos direitos das pessoas com deficiência sempre foram seus principais pontos enquanto esteve na política representando o Estado.

Boa leitura.

Atenciosamente,
Matheus Maurício, editor da **Parlamento Mato Grosso**.

CEO

JOÃO PEDRO MARQUES

DIRETOR PRESIDENTE
Artur Dias da Fonseca

DIRETORA EXECUTIVA
Shelry Pereira

COORDENADOR EDITORIAL
João Orozimbo Negrão

DIRETORA DE REDAÇÃO
Ângela Jordão

EDITOR
Matheus Maurício

EDITOR DE ARTE
Márcio Brandão do Carmo

REVISÃO
Doralice Jacomazi

REDAÇÃO
Repórteres: **Everaldo Galdino, Jean Gusmão, Vanessa Alves e Tchelo Figueiredo** (fotografia)

DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E PROJETOS ESPECIAIS
Wanderson Nogueira

GERENTE COMERCIAL
Maiara Max

CONSELHO EDITORIAL
João Pedro Marques (coordenador), **João Negrão** (presidente), **Shelry Pereira, Vanessa Moreno, Márcio Brandão do Carmo e Wanderson Nogueira**.

TEXTOS
Vanessa Alves, Matheus Maurício, Vanessa Moreno, Jean Gusmão, assessoria de imprensa

FOTOGRAFIA
Tchelo Figueiredo, Arquivo, Assessoria de imprensa, Banco de dados, Divulgação, reprodução

REDAÇÃO:
(65) 3623-1170 / 3622-2310
redação@revistardm.com.br

RDM PARLAMENTO MATO GROSSO NÃO SE RESPONSABILIZA POR MATÉRIAS E ARTIGOS ASSINADOS, QUE NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DA REVISTA. AS MATÉRIAS ESPECIAIS PUBLICADAS NA RDM SÃO DE COLABORAÇÃO DE SEUS AUTORES E CEDIDAS ESPONTANEAMENTE, SEM FINS LUCRATIVOS.

COMERCIAL/MÍDIA:
ARTUR DIAS DA FONSECA NETO
(65) 3623-1170
(65) 99682-1470

midia@revistardm.com.br
comercial@revistardm.com.br

ADMINISTRATIVO CENTRAL
(65) 3623-1170

A REVISTA RDM PARLAMENTO MATO GROSSO É PUBLICAÇÃO

SUMÁRIO

CAPA | Vida e trajetória de Amália

- 05** | Audiência discute extinção de Parque
- 06** | Bastidores da República João Pedro Marques
- 08** | Bancada Federal
- 12** | Assembleia Legislativa
- 14** | Câmara Municipal
- 18** | Meio Ambiente
- 24** | TRE - MT
- 26** | Parlamento jovem
- 29** | Projeto Brasil
- 30** | PL rodovias



Audiência na ALMT volta a debater extinção do Parque Estadual Cristalino II

Da Redação

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) realizou uma audiência de convocação, para debater a decisão do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), em anular o Decreto Estadual nº 2.628/2001 que criou o Parque Cristalino II. A ação, que pede a nulidade da criação do parque, foi movida pela empresa privada Sociedade Comercial e Agropecuária Triângulo Ltda.

De acordo com o requerimento apresentado pelo deputado estadual Lúdio Cabral (PT), os convocados para o evento na ALMT foram a secretária de Estado da Secretaria de Meio Ambiente (Sema), Mauren Lazzaretti; o procurador-geral do estado de Mato Grosso, Francisco Lopes, representantes do Ministério Público do Estado (MPE) e da sociedade civil.

Lúdio destacou durante a audiência que a decisão do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, que extinguiu o Decreto nº 2.628/2001, de criação do Parque Estadual do Cristalino II, foi tomada por indução, resultado da omissão e não manifestação adequada do governo de Mato Grosso, que tem o dever de defender o patrimônio público.

“Se a PGE tivesse entrado com rigor na ação quando o fez no início de 2015, mas depois deixou de fazer a partir de 2019, a decisão do Tribunal de Justiça de Mato Grosso não teria sido a de anular o decreto. A audiência de hoje foi importante para destacar isso. A PGE tem que recorrer dessa decisão e tem até o dia 21 de junho de 2024 para entrar com o recurso”, disse Cabral.

De acordo com o deputado, o Ministério Público tem que recorrer da decisão e, por isso, pediu que a PGE ingresse junto para fortalecer a ação.

Lúdio reforçou a tese de que uma empresa privada não pode entrar com uma ação e pedir a nulidade de um decreto do Executivo. Segundo ele, a empresa alega na ação que tem o título de propriedade de parte do Parque Cristalino II e, com isso, a Justiça anulou o ato que criou todo o parque.

“O título de propriedade já foi declarado nulo em uma outra ação na Justiça

Federal. Tanto que a Advocacia-Geral da União, na semana passada, pediu para ingressar nessa ação e pediu a nulidade da decisão dada pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso”, explicou Lúdio Cabral.

Lúdio Cabral enfatizou que há expectativa de que a adesão da Advocacia-Geral da União anule a decisão do TJMT.

“Agora vem uma nova decisão, a AGU precisa se manifestar. Essa empresa não tem legitimidade para ingressar com a ação. Os títulos que ela diz ter de propriedade são nulos, falsos. Olha o tamanho do absurdo e do risco. Uma empresa privada com títulos de propriedade privada falsos e entra com uma ação na Justiça e anula um decreto que criou o parque estadual, lá em 2001. É um precedente perigoso para as unidades de conservação do país”, disse o deputado.

O procurador-geral de Mato Grosso, Francisco de Assis Lopes, negou os argumentos de que o governo foi omissivo e não se manifestou na ação imposta pela empresa de Sociedade Comercial e Agropecuária Triângulo Ltda.

“Na leitura da área jurídica do estado de Mato Grosso, estamos acompanhando o processo desde o seu ajuizamento. Mas foram vários desdobramentos que aconteceram no processo. Na primeira decisão, a sentença foi muito bem fundamentada, mas agora o recurso não é a melhor estratégia. Nesse caso, o recurso não teria efeito suspensivo. Isso poderia gerar, na região, uma situação desconfortável para todos. Por isso, a Procuradoria está estudando a melhor estratégia técnica para resolver o problema”, disse.

De acordo com Lopes, o último acordo foi mais enfático e incisivo para a nulidade do decreto. “O estado de Mato Grosso não recusará ouvir o MPE. O governador já o ouviu. Vamos chegar a uma solução para a preservação do parque. Não tenho problema nenhum sobre isso”, disse Lopes.

Francisco Lopes destacou que “nesse momento, não se pode afirmar que a convalidação do Decreto do Parque do Cristalino II é a melhor alternativa. Há

uma diferença entre Ato Nulo e Ato Anulável. O nulo não se convalida pela decisão judicial. Por isso precisamos ver o que é melhor, editar um novo decreto, resolver a área do parque, ou insistir naquilo que, em tese, é um erro”, explicou. O secretário-adjunto da Sema, Alex Marega, representando a secretária Mauren Lazzaretti, que está em viagem ao exterior, afirmou que a secretaria vai acatar o que for decidido pelos tribunais, mas está realizando um estudo e, com isso, fazer a correção para que o parque possa ser mantido.

“Mas se houve algum vício do ponto de vista técnico na criação do Parque Cristalino II, a Sema está estudando a melhor forma de corrigi-lo. Mesmo que não exista um acatamento de recurso, tanto pela PGE quanto pelo MPE, a Sema estuda como fazer toda a correção desse processo”, afirmou Marega.

Hoje, a situação do Parque Estadual do Cristalino II, segundo Marega, está na base de georreferenciamento da Sema.

“Mas independentemente de qualquer tipo de análise, vamos considerar o que for decidido. Vamos mandar à PGE para saber o que se pode adotar em relação ao parque. É uma unidade de conservação que está na nossa base. A gente sabe qual o perímetro, mas existem as contestações jurídicas, por isso temos que consultar a PGE”, disse Marega.

A unidade de conservação, que é considerada uma das áreas mais importantes do ecossistema mato-grossense, sofreu um revés judicial - em abril - que coloca em risco a preservação do Parque Estadual Cristalino II. É que nesse mês o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) deu ganho de causa à empresa Sociedade Comercial e Agropecuária Triângulo Ltda., que pede a nulidade do decreto de criação do parque.

O Cristalino II está situado no extremo norte de Mato Grosso. Ele é formado por duas áreas contíguas, chamadas de Cristalino I, com 66.900 mil hectares, e Cristalino II, com 118 mil hectares. As áreas foram criadas em 2000 e 2001, respectivamente, e protegem uma grande diversidade de espécies da Amazônia brasileira.



“Integrar estados e forças é vital para combater crime organizado no país”

O coordenador do Centro Integrado de Inteligência da Região Sudeste (CIISPR-SE), tenente-coronel Roberto Luís Gonzaga dos Anjos, defendeu a integração entre estados brasileiros e forças de segurança pública para combater o crime organizado. Segundo o agente da Polícia Militar do Rio de Janeiro, é preciso que haja uma “integração de dados”, de forma a conectar diferentes unidades federativas em um mesmo objetivo.



Brasileiros estão deixando o país para crescer lá fora

O “verde e amarelo” está cada vez mais presente nos outros países, com quase 5 milhões de brasileiros morando fora — batendo um recorde de emigração. Para se ter uma ideia, se todas essas pessoas juntas formassem um estado, teríamos cerca de uma população de Mato Grosso. Um dos principais fatores é a busca por melhores condições econômicas, culturais e sociais. Os profissionais jovens e qualificados preferem emigrar para os países mais desenvolvidos, já que o Brasil não investe tanto em pesquisa e inovação. Esse fenômeno é chamado de “fuga dos cérebros”. O principal destino dos brasileiros tem sido os EUA — 45% dos imigrantes vão para lá.



Projeto facilita exploração de aeroportos por estados e municípios

O Projeto de Lei 2952/23 permite que estados, Distrito Federal e municípios explorem aeroportos considerados estratégicos pelo governo federal, independentemente de sua capacidade econômica. A proposta está em análise na Câmara dos Deputados. Para receber a autorização, o estado ou município deve comprovar capacidade técnica e reservar dotação orçamentária específica para operação do aeroporto. O projeto, de autoria do deputado Sidney Leite (PSD-AM), será analisado em caráter conclusivo nas comissões de Viação e Transportes; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).





Lixo já é abundante no fundo do mar brasileiro

Essa preocupação foi levantada recentemente no primeiro registro científico de lixo em mar profundo do Brasil, publicado no Marine Pollution Bulletin por pesquisadores do Instituto Oceanográfico (IO) da USP. A grande quantidade de lixo foi encontrada entre 200 e 1.500 metros de profundidade, a cerca de 200 km de distância da costa nos estados de São Paulo e Santa Catarina, durante as expedições do projeto Deep-Ocean, financiado pela Fapesp. O estudo foi liderado pela oceanógrafa Flávia Tiemi Masumoto e teve a supervisão do professor Marcelo Roberto Souto de Melo, ambos do Laboratório de Diversidade, Ecologia e Evolução de Peixes (Deep Lab) do IO.



Inquéritos contra Bolsonaro serão concluídos até julho

A Polícia Federal prevê concluir até julho os inquéritos contra Bolsonaro e entregar os resultados ao ministro do STF Alexandre de Moraes, revela Bela Megale. Além da tentativa de golpe de Estado, ele é investigado por descaminho de joias sauditas e inserção na base de dados do SUS de informações falsas sobre sua vacinação contra a Covid-19. Das três investigações, apenas a primeira representa, na avaliação dos advogados de Bolsonaro, risco real de levá-lo à prisão.



DITO & FEITO

“Soluções que se apresentam diante de uma situação excepcional e atípica também são soluções excepcionais e atípicas. Nós estamos numa guerra, há necessidade de retirar da prateleira e da mesa a burocracia, as travas, as limitações para que nada falte ao Rio Grande do Sul para a sua reconstrução.”

Do presidente do Senado e do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco.

“A punição máxima para o tipo de delito cometido por Lula no dia 1º de maio é relativamente leve, alguns milhares de reais que não devem fazer enorme diferença ao seu bolso. Também seria exemplar que

fossem devolvidos aos cofres públicos os valores utilizados indevidamente no evento flopado de público. Se nada ocorrer, ou mesmo se as punições forem leves, bolsonaristas terão argumentos para provarem sua versão dos fatos, em que acreditam fazer o papel de perseguidos do sistema.”

Do jornalista Fabiano Lana, do Estadão.

“Assim que o governo mandar as propostas da regulamentação da reforma, vamos fazer publicar uma previsão de calendário de trás pra frente e vamos nos empenhar bastante para que a gente possa discutir e ter um final bem proveitoso.”

Do presidente da Câmara, Arthur Lira.

Barbudo toma posse na Câmara



O primeiro suplente de deputado federal Nelson Barbudo (PL) foi empossado na Câmara dos Deputados e exercerá o mandato até 2026, com o falecimento da deputada Amália Barros. Barbudo vai exercer o 2º mandato. No anterior, foi mais votado em Mato Grosso. Porém, ao tentar a reeleição, ficou na suplência ao receber 53.285 votos.

Abílio vai se dedicar à campanha



O deputado federal Abílio Brunini pede licença na Câmara, com o intuito de estar mais presente na sua campanha para prefeito de Cuiabá, onde está com o nome colocado como pré-candidato. A licença de Brunini pode reforçar a bancada federal de Rondonópolis em Brasília, pois o primeiro suplente do PL é o ex-presidente da Câmara de Vereadores, Rodrigo Lugli, o Rodrigo da Zaeli.

R\$ 60 mi para a Saúde de Cuiabá



O deputado Emanuel Pinheiro Neto (MDB), Emanuelzinho, anunciou nas redes sociais a confirmação pelo Ministério da Saúde/Governo Lula de R\$ 60 milhões para socorrer o Hospital Municipal de Cuiabá (HMC) que atende, segundo a gestão da Capital, cerca de 60% de pacientes de municípios do interior de Mato Grosso. Emanuelzinho é vice-líder do Governo Federal na Câmara.

Coronel Assis é contra Portaria 224 do Exército



O deputado federal Coronel Assis (União-MT) saiu em defesa dos Policiais Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares após a publicação da Portaria 224 do Exército, que restringe os integrantes dessas carreiras e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República de adquirir armas de uso restrito quando entrarem para a inatividade. O parlamentar declarou que vai tomar todas as medidas necessárias na Comissão de Segurança Pública e de Combate ao Crime Organizado da Câmara Federal para poder reverter a Portaria.

Coronel Fernanda diz que Lula só ataca Bolsonaro



Uma pesquisa do instituto Genial/Quaest mostrou que 63% dos brasileiros avaliam que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não está cumprindo aquilo que prometeu na campanha presidencial de 2022. O estudo aponta ainda que 32% aprovam o governo petista. Para a deputada federal Coronel Fernanda (PL-MT), a pesquisa apresenta falhas e os resultados reais são piores do que o divulgado, pois, segundo ela, Lula só está atacando o governo Bolsonaro e esquecendo de governar para o povo.

Gisela Simona c ontinua na Câmara Federal



O secretário-chefe da Casa Civil, Fabio Garcia (UB), acolheu o pedido do governador Mauro Mendes (UB) e ficará no governo pelos próximos dois anos e meio. A movimentação beneficiou a deputada federal Gisela Simona, primeira suplente de Fabio, que foi autorizada a montar o próprio time de assessores em Brasília.

■ José Medeiros quer penas mais duras

Deputado federal José Medeiros (PL) apresenta proposta que aumenta as penas para crimes cometidos durante calamidades públicas. Em meio à tragédia climática do Rio Grande do Sul, há ocorrências de furtos, arrombamentos de casas e abusos sexuais de mulheres e crianças. O relator do projeto afirma que não se pode “romantizar” o crime e defende o caráter didático do aumento de pena e dá um exemplo dos assassinatos de caminhoneiros nas estradas do país, que diminuíram depois que as penas para esse crime foram aumentadas.

■ Jayme Campos quer trazer mais gaúchos para MT



O senador Jayme Campos (União) quer atrair gaúchos para Mato Grosso. Ele anunciou que vai propor no Congresso e ao Governo Federal um ciclo de debates para a construção de uma nova política que permita trazer ao estado as famílias desabrigadas pela cheia que abateu o Rio Grande do Sul e que estejam dispostas a reconstruir suas vidas.

■ Projeto de Wellington pode dar certo

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou o projeto que transforma o Campus Universitário do Araguaia, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em Universidade Federal do Araguaia. O PL 2.223/2021, do senador Wellington Fagundes (PL), recebeu parecer favorável do senador Wilder Moraes (PL-GO). A nova universidade, vinculada ao Ministério da Educação, funcionará na cidade de Barra do Garças. Os alunos e professores da UFMT no Campus do Médio Araguaia serão automaticamente transferidos para a nova instituição, assim como a estrutura física e o patrimônio material do antigo campus. Em caso de necessidade de aumento do quadro de pessoal, deverá ser realizado concurso público.

■ Buzetti defende investimento em todo tipo de transporte



A senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) comenta sobre a posição de liderança do estado e defende a necessidade de investimentos em todos os modais de transporte para impulsionar o agronegócio, destacando a importância da estadualização da BR-163 para escoar a produção. Mato Grosso tem safra recorde em 2023/2024 - 100,98 milhões de toneladas de grãos - e se consolida como maior produtor nacional, com participação de 27,6%, à frente do Paraná (14,0%) e Rio Grande do Sul (13,3%).

■ Projetos de Amália serão votados com urgência

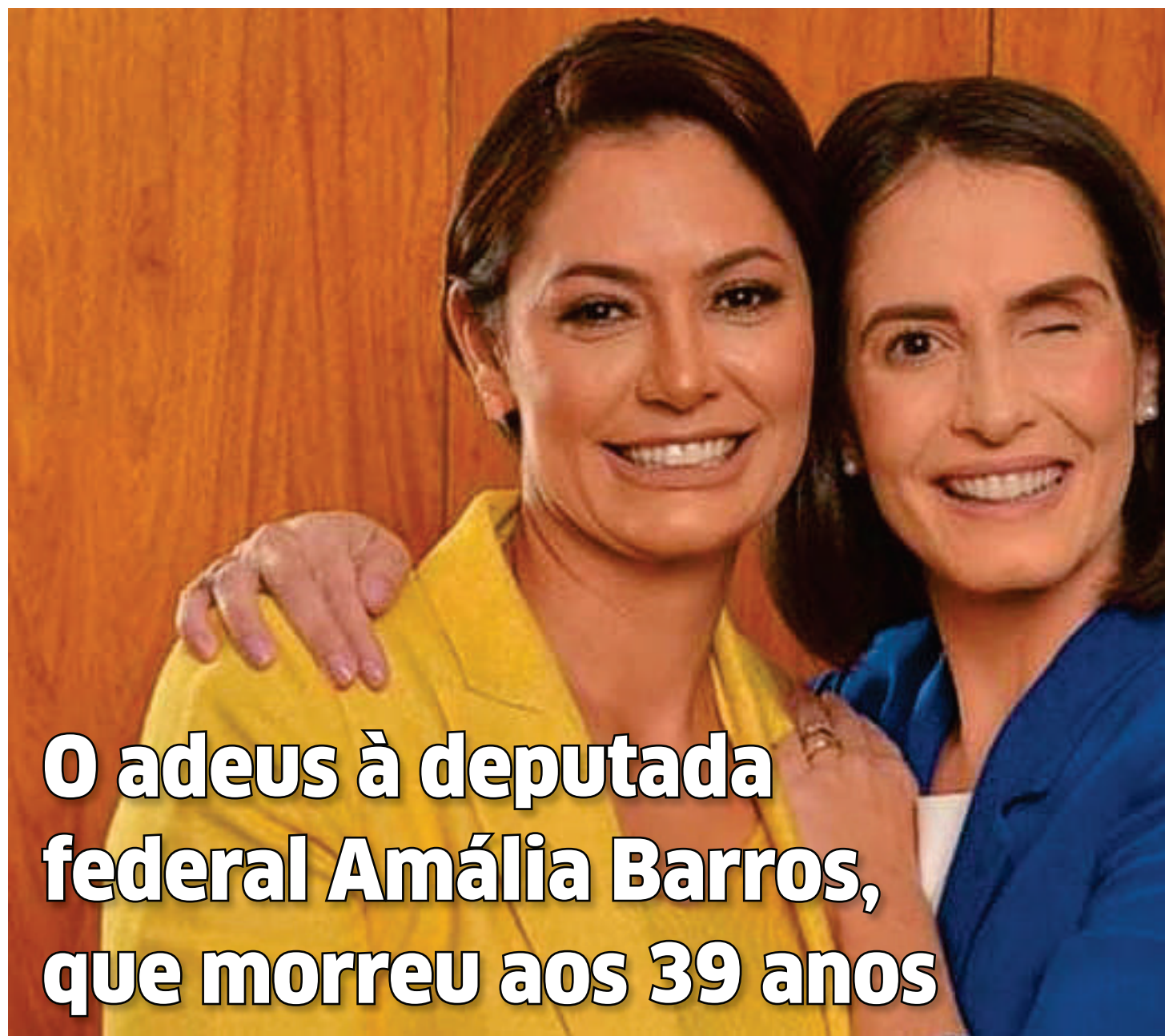


A Câmara aprovou regime de urgência para dois projetos da deputada Amália Barros (PL), o primeiro inclui abordagens e atendimentos às pessoas com deficiência baseados nos direitos humanos nos cursos de formação e de aperfeiçoamento dos integrantes dos órgãos de segurança pública e defesa civil e o segundo prevê detalhamento de cadastro de pessoas com deficiência nos sistemas nacionais de informação em saúde. A deputada foi homenageada por colegas na tribuna. Ela morreu no último dia 12 de maio.

■ Emanuelzinho acusa Mauro Mendes



O deputado federal Emanuelzinho (MDB) acusou o governador Mauro Mendes (União) de tentar travar o repasse de R\$ 60 milhões do Ministério da Saúde para Cuiabá. Ele chegou a afirmar que Mendes vai “deixar morrer gente para prejudicar o prefeito de Cuiabá”. Para o repasse ser realizado, o valor tem que ser aprovado pela Comissão Intergestores Regional (CIR). O deputado afirmou que o repasse não foi aprovado pelo CIR por ordem do governador, pois a chefe do Escritório Regional da CIR é a servidora pública Cláudia Moreno, indicada ao cargo por Mauro Mendes.



O adeus à deputada federal Amália Barros, que morreu aos 39 anos

Com uma carreira política em ascensão, aos 39 anos, a jornalista eleita à deputada federal por Mato Grosso em 2022, com 70 mil votos, Amália Barros, morreu após fazer uma cirurgia para a retirada de um nódulo no pâncreas. Amália foi internada no dia 1º de maio, no Hospital Vila Nova, em São Paulo, para realizar a cirurgia e sofreu complicações. Ela faleceu na madrugada do dia 12 de maio.

Sua morte causou comoção entre o meio político, entre os colegas de partido, o Partido Liberal (PL), no qual era filiada, e outros políticos. Amália era amiga da ex-primeira-dama do Brasil Michele

Bolsonaro, que declarou profunda tristeza pela morte da deputada. “Vou te amar pra sempre, minha amiga. Você está nos braços do pai”, declarou Michele em suas redes sociais.

Amália era casada há 16 anos com o produtor rural Thiago Boava e não tinha filhos. Descobriu um nódulo no pâncreas quando realizava exames para fazer um tratamento de fertilização.

Em meio ao Senado Federal figurava entre as poucas presenças femininas que Mato Grosso tem atualmente. Além dela, temos as deputadas Gisela Simona (União) e a Coronel Fernanda (PL).

Depois do falecimento da jornalis-

ta, foi oficializado que quem assume a cadeira que ela deixou no Legislativo Federal é o ex-deputado e primeiro suplente do Partido Liberal em Mato Grosso, Nelson Barbudo.

O político não foi eleito em 2022 e teve 53.285 votos, mas foi o mais votado em 2018, tendo 126.249 votos.

Quem foi Amália Barros?

Amália Scudeler de Barros Santos nasceu em 22 de março de 1985, na cidade paulista de Mogi Mirim. Formada em jornalismo, ela transformou em luta um drama pessoal. Aos 20 anos, Amália perdeu a visão do olho esquerdo devido a uma infecção, a toxoplasmose. Após pas-

Deputada Amália Barros e a ex-primeira-dama do Brasil



e assumiu as Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD), de Comunicação (CCOM) e a Comissão Externa de Intervenção na Saúde Pública do Município de Cuiabá (MT).

A deputada também era vice-presidente nacional do PL Mulher, que tem como presidente a sua madrinha política, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. Juntas, viajavam o Brasil incentivando mais mulheres a entrarem para a política.

A história de Amália Barros inspirou a Lei nº 14.126/2021, que classifica a visão monocular como deficiência sensorial que foi sancionada no governo de Jair Bolsonaro. Aliás, lei que ficou conhecida como Lei Amália Barros. Sua luta assegurou à pessoa com visão monocular os mesmos direitos e benefícios previstos na legislação para a pessoa com deficiência.

Amália foi autora de diversas propostas legislativas voltadas para a inclusão e o bem-estar das pessoas com deficiência, incluindo projetos de lei e emendas constitucionais. Seu compromisso com a causa se refletiu em projetos como a oferta de profissionais especializados para alunos com deficiências nas escolas e o estabelecimento do Dia Nacional de Conscientização da Fibrodisplasia Ossificante Progressiva (FOP).

Comoção

Vários políticos de Mato Grosso e da Câmara Federal lamentaram a morte da deputada Amália Barros. O governador do estado, Mauro Mendes, e a primeira-dama Virgínia Medes prestaram condolências à família e aos amigos da parlamentar.

"Foi com muita tristeza que recebemos a notícia do falecimento da deputada Amália Barros. Sua partida prematura deixa um vazio imensurável na política brasileira. Amália foi uma figura incansável na defesa dos direitos e no combate às injustiças. Seu compromisso e dedicação serão lembrados com respeito e admiração. Enviamos as nossas mais

sinceras condolências à família e amigos nesse momento de luto", lamentaram o governador e a primeira-dama.

O deputado federal Arthur Lira, presidente da Câmara Federal, também lamentou a morte da parlamentar. "Quero expressar meus sentimentos à família e aos amigos e amigas da nossa querida deputada Amália Barros, uma jovem lutadora pelas causas do Mato Grosso e da visão monocular. Ainda sem ter assumido o mandato, me procurei na Câmara dos Deputados para a aprovação da Lei 14.126/21, da qual foi incansável articuladora e que classifica a visão monocular como deficiência sensorial e estende os mesmos direitos e benefícios previstos para pessoas com deficiência. Uma conquista ímpar para o segmento", complementou Lira.

O ex-presidente Jair Bolsonaro também expressou condolências aos familiares da parlamentar. "Com muita dor, informo o passamento da nossa amiga e irmã Deputada Federal Amália Barros de Mato Grosso. Deus, em sua infinita bondade, a receba e conforte seus familiares e amigos".

A presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), Clarice Claudino da Silva, disse que sua história inspira todas as mulheres do estado. "É com muita tristeza que recebemos a notícia do falecimento precoce da deputada federal Amália Barros. Tive a satisfação de conhecê-la pessoalmente, em meu gabinete, no início de seu mandato, oportunidade em que pude desejar a ela boa sorte em sua empreitada, enquanto representante do povo mato-grossense no Parlamento federal e dizer o quanto sua trajetória de vida era uma inspiração a todas as mulheres do nosso estado. Certamente, o legado deixado pela deputada Amália Barros continuará servindo de exemplo. Neste momento, voltamos nossos pensamentos aos familiares e amigos e rogamos a Deus para que a receba num bom lugar e acalente os corações enlutados", declarou.

sar por 15 cirurgias, em 2016 ela teve que remover o olho e passar a usar uma prótese ocular.

Na Câmara, ela passou a integrar as comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, dos Direitos da Mulher e da Educação, entre outras.

Na Câmara Federal

Amália Barros exerceu seu primeiro mandato eletivo como deputada federal por Mato Grosso, eleita com mais de 70 mil votos, representando quase 5% dos votos do estado.

Em primeiro mandato legislativo federal, foi eleita presidente da Frente Parlamentar da Pessoa com Deficiência

Hospital de reabilitação em Cuiabá



O deputado estadual Wilson Santos (PSD) apresentou requerimento à Assembleia Legislativa para a realização de uma audiência com a presidente da Rede Sarah Kubitschek de Hospitais, Lúcia Willadino Braga. O objetivo é a implantação de uma unidade do hospital de reabilitação em Cuiabá.

Obrigatoriedade de uniforme nas escolas estaduais



Os deputados estaduais de Mato Grosso aprovaram, em redação final, o Projeto de Lei 313/2024, do Poder Executivo, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de uniforme escolar nas unidades de ensino que compõem o sistema estadual de educação.

Homenagem a chefes de cozinha



A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) realizou, no Sesc Arsenal, em Cuiabá, uma sessão especial para homenagear chefes de cozinha, empresários, donos de restaurantes e representantes da classe gastronômica de Mato Grosso.

Ministro do STJ ganha título de cidadão mato-grossense



O ministro do Superior Tribunal de Justiça Antônio Saldanha Palheiro participou de uma sessão especial, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, quando foi homenageado com Título de Cidadão Mato-Grossense e fez a palestra sobre "Saúde no Brasil: aspectos jurídicos da judicialização, fraude e inteligência artificial".

Janaína avança na corrida pela Mesa Diretora



A vice-presidente da Assembleia Legislativa, Janaína Riva (MDB), segue firme na consolidação de seu nome para ser a próxima primeira-secretária da Mesa Diretora. Segundo fonte da coluna, a deputada já conta com apoio de 10 parlamentares, número que praticamente a sacramenta como ordenadora de despesas da Casa de Lei no biênio 25/26.

Contraria acordo do partido



O deputado estadual Ondanir Bortolini, o Nininho (PSD), anunciou que vai apoiar o candidato Adilton Sachetti (Republicanos) para a Prefeitura de Rondonópolis, em contrariedade ao compromisso assumido por seu partido, liderado pelo ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, de apoiar o candidato indicado pelo atual prefeito, José Carlos do Pátio (Solidariedade).

■ FPré-candidatura à prefeitura de Sinop



O deputado estadual e líder do Governo de Mato Grosso, Dilmar Dal Bosco, do partido União Brasil, sinalizou que sua pré-candidatura à prefeitura de Sinop, a 500 km de Cuiabá, ainda está em jogo. Embora não tenha iniciado formalmente sua pré-campanha, o deputado revelou ter tido uma conversa promissora com o governador Mauro Mendes, também presidente do União Brasil.

■ Abaixo-assinado para duplicação da BR-163



O auditório da Unifama, em Guarantã do Norte, foi palco de uma Audiência Pública conduzida pelo deputado estadual Diego Guimarães (Republicanos), que lançou um abaixo-assinado em apoio à duplicação da BR-163 entre Sinop e a divisa com o Pará.

■ Documentário internacional sobre combate às drogas



Uma equipe de documentários da Fundação para um Mundo Livre das Drogas, uma organização internacional sediada nos Estados Unidos, está em Cuiabá. Entre os participantes e apoiadores da causa está o deputado Beto Dois a Um (UB), que concedeu uma longa entrevista para a equipe de documentários norte-americanos.

■ Porte e posse de armas de fogo



A Frente Parlamentar de Segurança Pessoal da Assembleia Legislativa (ALMT), presidida pelo deputado Gilberto Cattani (PL), reuniu-se para debater o Projeto de Lei Complementar (PLC) 108/2023, em tramitação na Câmara Federal, que autoriza os estados e o Distrito Federal a legislar sobre a posse e o porte de armas de fogo.

■ Avallone nega aliança com Lúdio Cabral



O deputado estadual e pré-candidato a prefeito de Cuiabá, Carlos Avallone (PSDB), descartou a possibilidade de uma aliança entre o Cidadania e a chapa do também pré-candidato à prefeitura, Lúdio Cabral (PT), para as eleições de outubro deste ano.

■ Homenagem ao Lions Club



A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) realizou sessão especial, requerida pelo deputado Dilmar Dal Bosco (União), para entrega de títulos de cidadão mato-grossense e moções de aplausos a 115 dirigentes e associados ao Lions Clube do Distrito LB-4 de Mato Grosso.

Livramento: Complexo Parque Zooflorestal



Os técnicos da empresa responsável pela obra de implantação do Parque Zooflorestal no município de Nossa Senhora do Livramento apresentaram aos representantes dos Poderes Executivo e Legislativo municipal o projeto de execução de obra sob o Contrato 003/2024, assinado em março deste ano, no valor de R\$ 1.580.718,98.

Pontes e Lacerda: Verba para realização do Oeste Rural Show



A Câmara Municipal aprovou o projeto de transferência de recursos financeiros no valor de R\$ 150 mil para o Sindicato Rural de Pontes e Lacerda. Esses recursos serão destinados como forma de apoio na realização do evento Oeste Rural Show, que ocorrerá entre os dias 28 e 31 de maio.

Água Boa: Inauguração da Feira do Pequeno Produtor



A comunidade do PA. Santa Maria celebrou a inauguração da tão esperada Feira do Pequeno Produtor, homenageando Joaquim Rodrigues Dias. Esse novo espaço, entregue pela Prefeitura Municipal, promete fortalecer a economia local. Os vereadores de Água Boa estiveram presentes.

Cuiabá: “Não é Não”



A Câmara de Vereadores realizou uma Audiência Pública para debater o protocolo “Não é Não” em casas noturnas, bares e restaurantes, conforme a Lei 14.786, visando prevenir o constrangimento e a violência contra a mulher, além de proteger a vítima. A proposição foi feita pela vereadora Michelly Alencar (União Brasil).

Cáceres: Valorização dos servidores da Assistência Social



Na sessão ordinária, foi aprovado o Projeto de Lei 014/24, que tem como objetivo reduzir a jornada de trabalho dos servidores da assistência social do município de 40 para 30 horas semanais.

Várzea Grande: Inclusão das festas de santo



Os vereadores por Várzea Grande aprovaram o Projeto de Lei 09/2024, que inclui as tradicionais festas de Antônia Figueiredo Curado, Dona Sinhá, no calendário de festividades do município.

Sapezal: Incentivo à Educação



A Câmara aprovou em sessão a Indicação nº 28/2024, que propõe ao chefe do Poder Executivo municipal a criação do incentivo denominado “Copa do Conhecimento”. Essa iniciativa tem como propósito premiar, anualmente, alunos, professores, diretores, coordenadores das instituições de ensino e as escolas que se dedicaram durante o ano letivo.

Juara: Treinamento para servidores municipais



Servidores públicos da Prefeitura e da Câmara Municipal de Juara participaram de um treinamento sobre a nova Lei de Licitações, a Lei 14.133/2021, que introduziu mudanças nas modalidades, trazendo como grande novidade o diálogo competitivo. A Lei 14.133 se tornou obrigatória desde janeiro de 2024.

Porto Esperidião: Autoridades recebem novos policiais



A presidente da Câmara Municipal Isamara Ramos, acompanhada pelo comandante Adilson, coronel Barros, coronel Otonni, vereador Josimar, e vereador André, participou da apresentação dos novos policiais militares que irão se unir à guarnição que realiza a segurança pública de Porto Esperidião.

Lucas: Carrinhos de compras adaptados para cadeirantes



A vereadora Ideiva Foletto apresentou um projeto de lei para que os estabelecimentos comerciais de Lucas do Rio Verde sejam obrigados a disponibilizarem carrinhos de compras adaptados para cadeirantes.

Nova Mutum: Reunião com a Empaer




Em reunião realizada na Câmara de Vereadores, os servidores Edenise do Carmo e o engenheiro Anderson Bays, da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer), cumpriram o que determina a política da autarquia, que pede que seja levada ao conhecimento dos Poderes Executivo e Legislativo a prestação de contas da instituição.

Campo Verde: Programas Ser Família Capacita e Qualifica



O vereador Gregorio Dourado esteve com a vice-prefeita Edna Queiroz e o secretário municipal de Administração, Claudilei Borges, representando o Poder Público Municipal na entrega dos certificados dos cursos dos Programas Ser Família Capacita e Qualifica Campo Verde.



 **MT-251,**
CUIABÁ A CHAPADA
DOS GUIMARÃES

◀◀◀
**PRA
TODO LADO**
▲▲▲
**TEM
RESULTADO** ▶▶▶

**O GOVERNO DE MATO GROSSO
REALIZA O MAIOR PACOTE DE
INFRAESTRUTURA DO PAÍS E
ATÉ 2026 VAI ENTREGAR
5.500 KM DE ASFALTO NOVO**



**Governo de
Mato
Grosso**



Em defesa do Pantanal

Plano de Ação de Combate ao Desmatamento e Incêndios Florestais recebe investimento de R\$ 74 milhões em Mato Grosso

Desmatamento, poluição, mudanças climáticas, queimadas. O Brasil enfrenta hoje uma das piores crises ambientais da história e é preciso agir a tempo para mudar o rumo das coisas e preservar o planeta Terra. Em Mato Grosso, um dos maiores desafios enfrentados todos os anos são os incêndios florestais, que atingem todo o estado e colocam em risco um dos biomas mais ricos do país: o Pantanal.

De janeiro a abril deste ano, o Pantanal mato-grossense registrou mais de 3 mil focos de queimadas, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas

“

Estamos todos os anos aplicando o remédio, mas é um remédio que não cessa a doença, um remédio que tem talvez aliviado um pouquinho, mas não tem causado a cura do problema”, governador Mauro Mendes

Espaciais (Inpe). Já de acordo com o Departamento de Meteorologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 84% dos incêndios no Pantanal são causados por atividades humanas. A fim de enfrentar o desmatamento ilegal e os incêndios florestais, o Governo do Estado de Mato Grosso anunciou um investimento significativo de mais de R\$ 74 milhões para o Plano de Ação 2024. O aporte financeiro é direcionado para diversas áreas, desde gestão compartilhada até proteção da fauna, com o objetivo de fortalecer ações de monitoramento, fiscalização, prevenção e comba-

Governo do Estado de Mato Grosso está investindo mais de R\$ 74 milhões para o Plano de Ação 2024



te aos problemas ambientais crescentes. O anúncio foi feito pelo governador Mauro Mendes durante uma reunião do Comitê Estratégico para o Combate do Desmatamento Ilegal, a Exploração Florestal Ilegal e dos Incêndios Florestais (Cedif), evidenciando o compromisso do governo em lidar de forma proativa com questões ambientais importantes para o estado.

“Todos os anos, nós já estamos aí nos últimos cinco anos, já investimos R\$ 260 mi, este ano serão R\$ 74 mi, dinheiro que poderíamos estar investindo na saúde, na segurança ou em outras áreas, ou construindo hospitais, operando pessoas, estamos investindo para combater uma ilegalidade e todo ano essa ile-

galidade continua existindo, mas mais uma vez nós vamos fazer isso. Vamos empreender os nossos melhores esforços do nosso corpo de bombeiros, da nossa polícia ambiental, dos nossos mecanismos de controle do órgão ambiental, da Sema, de todo o nosso aparato que vai gastar com combustível, com locação de equipamentos, com diárias, com toda mobilização necessária para a gente combater essa ilegalidade”, garantiu o governador, que também é presidente do Comitê.

“Estamos todos os anos aplicando o remédio, mas é um remédio que não cessa a doença, um remédio que talvez aliviado um pouquinho, mas não tem causado a cura do problema”, completou.

Mendes ressalta que o desmatamento ilegal é causado por menos de 2% do setor produtivo, que prejudica a imagem do Brasil, o meio ambiente, as relações comerciais e os outros 98% do setor. Para ele, apenas uma lei dura e inteligente é capaz de mudar o padrão de comportamento e forjar uma sociedade melhor. A secretária de Meio Ambiente, Mauren Lazzaretti, se mostrou satisfeita com a forma que o estado de Mato Grosso trabalha para combater os ilícitos ambientais, integrando instituições estaduais e

federais ao longo dos últimos anos. “O modelo que o estado de Mato Grosso adota tem se apresentado o mais eficiente no cenário nacional”, destacou Mauren. A secretária garante que houve uma melhora na resposta, nos números e na imposição de sanções administrativas e civis, bem como na responsabiliza-

ção dos crimes, com o apoio dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, da Polícia Judiciária Civil e do Batalhão Ambiental. No entanto, este ano pode apresentar desafios ainda maiores, pois o esperado é que as ondas de calor e a crise hídrica sejam ainda mais intensas do que as registradas no ano passado, causando uma

seca extrema no Pantanal que se estenderá até novembro, como preveem os estudos climáticos.

“Nós continuamos com o desafio imenso de reduzir o desmatamento ilegal e o desmatamento irregular. O ano de 2024 apresenta cenários climáticos que impõem um desafio diferente e maior ainda às instituições que compõem o Cedif e, em razão disso, o compartilhamento do plano tem como objetivo fazer com que o comitê trabalhe na



O modelo que o estado de Mato Grosso adota tem se apresentado o mais eficiente no cenário nacional”, secretária de Meio Ambiente Mauren Lazzaretti



O Cedif-MT, do qual o governador Mauro Mendes é o presidente, está trabalhando desde 2020 no combate de crimes ambientais

atuação, na melhor performance que cada instituição possa ter dentro deste cenário de integração e compartilhamento de ações, inclusive insumos para dar a melhor resposta à sociedade”, completou Mauren.

Como parte das atividades para 2024, O Cedif irá promover reuniões ordinárias mensais a partir de junho para que todas as instituições que compõem o grupo possam apresentar estratégias e compor dados que mostrem para a população os resultados de todas as ações.

O Cedif-MT foi criado pelo Decreto 390, em março de 2020, ano em que houve grandes emergências ambientais com relação aos incêndios e aumento do desmatamento em todo o estado e principalmente no Pantanal. O volume de incêndios ficou marcado, pois deixou cidades inteiras cobertas por nuvens de fumaça em meio a um período desafiador, que foi a pandemia de Covid-19.

O Comitê é composto pela Casa Civil, Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema), Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp), Polícia Militar, Polícia Judiciária Civil, Corpo de

Bombeiros Militar, Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (Indea/MT) e conta com apoio da



O combate tem sido feito com relação aos incêndios, desde o ano de 2020, os recursos que eram empregados foram exponencialmente aumentados, então geralmente a gente tinha um orçamento de dois, três milhões por ano para combater incêndios, hoje esses orçamentos passam de trinta milhões e isso tem sido feito constantemente”, secretário adjunto executivo da Sema-MT, Alex Marega.

Superintendência em Mato Grosso do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), da Fundação Nacional do Índio (Funai), da Superintendência Regional em Mato Grosso do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), do Ministério Público Estadual (MPE), do Ministério Público Federal - Procuradoria da República em Mato Grosso, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e das Forças Armadas do Brasil.

No ano de sua criação, o Cedif contou com um aporte financeiro de R\$ 32 mi para o Plano de Ação de combate ao desmatamento ilegal e incêndios florestais. Já em 2021 o recurso passou a ser de R\$ 73 mi. Em 2022, R\$ 60 mi, no último ano, R\$ 77 mi, e este ano R\$ 74,5 mi serão destinados para a defesa do meio ambiente, fora os investimentos federais.

“As linhas de ação desse plano são focadas tanto em prevenir o desmatamento ilegal, também os incêndios, e também responsabilização dos infratores. Então, entra ali a gestão, que é essa



organização que nós fazemos para que as agências possam trabalhar integradas, monitoramento, aqui é onde há um grande investimento desde o início, em adquirir produtos de alta qualidade, como imagem de satélite, sistemas que fazem com que a gente possa identificar o desmatamento no tempo em que ele está acontecendo. Então, hoje nós temos a garantia de um desmatamento que ocorre no estado de Mato Grosso, em menos de 10 dias, porque toda semana nós temos esse compilado, a gente vai tomar alguma ação em cima daquilo que está acontecendo. A responsabilização, que é julgar esses autos de infração de forma mais séria, inclusive o próprio mutirão da conciliação ambiental, que o Dr. Gerson também tem nos ajudado nesse sentido, faz com que a gente possa chegar mais rápido à finalização dos processos que são realizados através da fiscalização”, explicou o secretário adjunto executivo da Sema-MT, Alex Marega.

Além disso, as ações contam com locação de aeronaves, contratação e capacitação de brigadistas, combate aos incêndios pelo Corpo de Bombeiros, proteção da fauna e estrutura de atendimento aos animais, construção do cen-

tro de reabilitação para animais silvestres, comunicação, imagens de satélite, apreensão de equipamentos, entre outras ações integradas.

“O combate tem sido feito com relação aos incêndios, desde o ano de 2020, os recursos que eram empregados foram exponencialmente aumentados, então geralmente a gente tinha um orçamento de dois, três milhões por ano para combater incêndios, hoje esses orçamentos passam de trinta milhões e isso tem sido feito constantemente. A aquisição de equipamentos, locação de equipamentos, pagamento de diárias para que a gente possa ter o maior número possível de equipes em campo

na hora que é mais necessário. Também a campanha da Secom tem aí já capitaneado ações de dissuasão dos infratores, a

“

Eu não vi nenhuma ação como essa e o Ministério Público tem a honra de ser parceiro dessas ações”, procurador Gerson Barbosa

gente mudou o perfil, antigamente a gente fazia campanhas para mostrar que o meio ambiente era bom, que era possível você conviver com a preservação, hoje a propaganda é dizer para um infrator que se ele fizer ele vai ser pego. Inclusive um outdoor que você já deve ter visto aqui em várias regiões, principalmente no interior, esses outdoors estão estabe-

lecidos aí para que a pessoa possa ver que em Mato Grosso tem tolerância zero”, completa o secretário adjunto.

O procurador Gerson Barbosa,

“

Não tem outra forma que não seja com uma participação efetiva da sociedade como um todo, porque só o poder público, não é só o dinheiro que resolve, tem muitas ações que precisam de parceria”, senador Wellington Fagundes

Em 2020, o Pantanal foi atingido por um grande incêndio que ficou marcado

que tem atuação reconhecida na área ambiental do Ministério Público Estadual, elogiou as ações do Governo do Estado e enalteceu as leis brasileiras de proteção ao meio ambiente: “Eu não vi nos últimos anos, eu atuo no meio ambiente há mais de 20 anos como procurador de justiça e como coordenador do Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado na área ambiental, eu não vi nenhuma ação como essa e o Ministério Público tem a honra de ser parceiro dessas ações”.

Já o senador Wellington Fagundes (PL), que também é presidente da Subcomissão Permanente de Proteção ao Pantanal no Senado Federal, disse estar preocupado com o impacto na qualidade de vida da população devido às questões ambientais e citou a catástrofe ocorrida no Rio Grande do Sul por causa do excesso das chuvas em contraste à seca do Pantanal. Ele aproveita para fazer um convite à população para que todos possam agir em parceria com o poder público em prol da conservação do meio ambiente. “Não tem outra forma que não seja com uma participação efetiva da sociedade como um todo, porque só o poder público, não é só o dinheiro que resolve, tem muitas ações que precisam de parceria”, ressalta o senador. A população pode ajudar evitando o uso irregular de fogo, contribuindo com os órgãos de controle e denunciando práticas irregulares.

Como membro do Poder Legislativo, o senador tem destinado verbas para preservação sustentável do Pantanal, como construção para equipamentos de perfuração de poços artesianos, construção de duas unidades de apoio dentro do Pantanal e compra de equipamentos para o Corpo de Bombeiros.

Legislação

A Lei Complementar nº 38, de 21 de novembro de 1995, que trata do Código Estadual do Meio Ambiente, define infração administrativa como qualquer ação ou omissão que viole as regras de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente ou que descumpra as normas estabelecidas na lei e em outros atos normativos. As penalidades para tais infrações são as seguintes: advertência, multa simples, multa diária, apreensão de animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos, destruição ou inutilização do produto, suspensão de venda e fabricação do produto, embargo de obra e atividade,



demolição de obra, suspensão parcial ou total de atividades e restritiva de direitos, como suspensão de registro, licença ou autorização, perda de benefícios fiscais, entre outros.

Para a imposição e gradação das penalidades, são considerados fatores como a gravidade do fato, os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação ambiental e sua situação econômica. Além disso, são previstas circunstâncias atenuantes e agravantes que podem influenciar na aplicação das penalidades.

O governador Mauro Mendes quer propor de três a quatro modificações na lei, que é estadual, para garantir maior efetividade no combate de crimes ambientais, são elas: suspensão imediata do Cadastro Ambiental Rural (CAR); a criação de um cadastro dos infratores ambientais, averbação de dívidas na matrícula da propriedade, depois de transitado nas devidas instâncias com os recursos e transformada em dívida ativa daquela penalidade; e suspensão de qualquer possibilidade de inserção de benefício fiscal na propriedade. “Vamos encaminhar isso para a Assembleia Legislativa e tenho certeza que, após aquele danoso crime que nós vimos sendo praticado aqui no Pantanal mato-grossense, onde mais de 80 mil hectares foram ilegalmente desmatados usando uma tecnologia de produtos químicos pulverizados de avião e causou um gigantesco dano ambiental, ali é um exemplo claro de que as pessoas não respeitam a lei brasileira,

não adianta ser a lei mais restritiva e mais protetiva do mundo se tem menos de 2% que não respeitam e esse mau exemplo, esses menos de 2%, percorre o mundo, percorre o Brasil, prejudica a imagem do nosso estado, prejudica a imagem do nosso Mato Grosso, do nosso país. Então, nós falamos aqui no âmbito que podemos fazer, é endurecer na aplicação de pena, ao ponto de desestimular a prática do crime”, destacou o governador, que pretende propor essas mudanças com cautela, a fim de não criar conflitos com a lei federal.

Recentemente o caso do empresário Claudécio Oliveira Lemes chocou o estado e todo o país. Ele é suspeito de desmatar uma área de 81 mil hectares do Pantanal mato-grossense com o uso irregular de agrotóxicos. O objetivo do chamado “desmate químico” seria transformar o local em pastagem para pecuária, de acordo com o Ministério Público estadual, que está investigando o caso.

Período proibitivo

Em 2024, o período proibitivo de uso de fogo para limpeza e manejo de áreas sofreu uma alteração. Costumeiramente as proibições não contavam com distinção de biomas. No entanto, desta vez, o Pantanal passa a contar com um prazo diferente. Neste ano o período proibitivo no Pantanal será do dia 1º de julho até o dia 31 de dezembro. Já na Amazônia e no Cerrado entre 1º de julho e 30 de novembro.



TRE-MT instala gabinete em prol da segurança das eleições 2024

Para iniciar os trabalhos para as eleições, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) instalou um Gabinete de Gestão Integrada (GGI) das Eleições Municipais 2024. A ação visa assegurar um processo eleitoral seguro e transparente.

Conforme a presidente do TER MT, desembargadora Maria Aparecida Ribeiro, o gabinete será fundamental para garantir a segurança e a integridade das próximas eleições.

“Cada um de vocês são essenciais para o sucesso deste importante tra-

balho, o sucesso das eleições municipais de 2024. E o trabalho que iniciamos irá assegurar um processo eleitoral seguro e transparente. Por isso, com grande satisfação declaro oficialmente instalado o Gabinete de Gestão Integrada, que será fundamental para garantir a segurança



e a integridade das próximas eleições”, afirmou.

Ela destacou, ainda, que o estado de Mato Grosso apresenta desafios únicos para a realização do pleito, com uma população de 2.589.296 eleitores e eleitoras, distribuídos em 142 municípios.

“Temos pela frente a maior operação logística e de segurança deste estado, e não podemos falhar. Este gabinete terá a missão de enfrentar esses desafios, garantindo que cada voto seja contabilizado de maneira justa e segura. Serão muitas reuniões nos próximos meses, com o objetivo de debater planos especí-

ficos de segurança para zonas de difícil acesso, locais de votação indígenas, cidades, bairros populosos, entre outros”, acrescentou.

Para coordenar o GGI, foi indicado o juiz auxiliar da Presidência, Aristeu Dias Batista Vilella, que apresentou um panorama das eleições municipais 2024. Os aspectos territoriais foram abordados, já que Mato Grosso é o terceiro maior estado da federação, com 903.357 km² de extensão territorial, o que corresponde a aproximadamente 10,61% do território nacional. São 57 Zonas Eleitorais, com 1.515 locais de votação, 8.795 seções eleitorais, 175 locais de difícil acesso e 55 locais em aldeias indígenas.

“Nós temos uma governança que é importante para todas as eleições e que envolve todos os atores, sejam agentes de segurança pública, e demais instituições parceiras. O objetivo deste GGI é, principalmente, garantir a segurança da população que irá votar e das pessoas envolvidas na realização do processo eleitoral. Teremos ferramentas como o Camino, sistema que permitirá o acompanhamento direto e em tempo real, facilitando a intervenção, quando necessária, e o Omnichannel, plataforma de comunicação integrada que permite a interação com os cidadãos e entidades pelo WhatsApp, com recursos avançados de atendimento e automação, melhorando a eficiência e a qualidade do serviço público”, exemplificou o coordenador, juiz Aristeu Vilella.

Representando a vice-presidente e corregedora regional eleitoral do TRE-MT, o juiz auxiliar da Corregedoria, Antônio Veloso Peleja Júnior, lembrou que a realização das eleições necessita de um esforço conjunto.

“As eleições são uma responsabilidade de todos nós, e os órgãos do GGI têm atuado com muito empenho. Que tenhamos êxito nos trabalhos e o próximo pleito seja tranquilo, como o anterior, em 2022, onde pudemos prever diversas situações e adotar soluções adequadas”.

Últimas eleições

Em 2022, quando foi realizada a última eleição, o processo eleitoral contou com o envolvimento direto de 47.553 pessoas no dia do pleito, entre mesários e mesárias, membros de juntas eleitorais, auxiliares de transporte, servidores e servidoras, terceirizados e terceirizadas, entre outros. Destes, 5.641 foram agentes de segurança atuando para garantir a tranquilidade no dia de votação. Para este ano, o secretário de Estado de Segurança

Pública, coronel PM César Rovéri, estimou um efetivo de aproximadamente sete mil profissionais das forças policiais. “Mato Grosso teve uma evolução grande, sempre atendemos aos problemas pontuais. O governo do estado é parceiro para participar das eleições, de forma democrática, transparente e segura. Estamos à disposição para colaborar, temos esse papel constitucional. Não só a Sesp-MT, como vários órgãos e instituições que compõem o GGI, já possuem a experiência de trabalhar de forma integrada, e isso traz resultados positivos”, frisou o coronel PM César Rovéri.

Composição

O GGI é composto por membros do TRE-MT, Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp-MT); Polícia Judiciária Civil (PJC-MT); Polícia Militar (PM-MT); Polícia Federal (PF); Polícia Rodoviária Federal (PRF); Exército brasileiro; Marinha do Brasil; Corpo de Bombeiros Militar; Guarda Municipal de Várzea Grande; Agência Brasileira de Inteligência (Abin); Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande (DAE); Águas Cuiabá; OI Telecomunicações; Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai); Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana; Energisa; 3Corp Technology; e Correios.

Calendário eleições municipais

O calendário das eleições municipais de 2024 já entra agora em junho na fase de convenções partidárias e registros de candidatura.

Entre 20 de julho e 5 de agosto é permitida a realização de convenções partidárias para deliberar sobre coligações e escolher candidatas e candidatos às prefeituras, bem como ao cargo de vereador. Definidas as candidaturas, as agremiações têm até 15 de agosto para registrar os nomes na Justiça Eleitoral. Já a Propaganda eleitoral só poderá ser feita a partir de 16 de agosto de 2024, data posterior ao término do prazo para o registro de candidaturas.

A propaganda em rádio e TV só pode ser feita a partir do dia 30 de junho. Já em 6 de julho, passam a ser vedadas algumas condutas por parte de agentes públicos, como a realização de nomeações, exonerações e contratações, assim como participar de inauguração de obras públicas. O horário eleitoral gratuito também tem sua data. A propaganda gratuita no rádio e na TV é exibida nos 35 dias anteriores à antevéspera do primeiro turno. Dessa forma, a exibição deverá começar em 30 de agosto e se encerrará em 3 de outubro, uma quinta-feira.

Parlamento Jovem



Parlamento Jovem proporciona experiência política aos estudantes do 7º ao 9º ano do ensino fundamental, e do 1º ano do ensino médio, nas redes públicas e privadas dos municípios de Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis

Projeto dá a jovens a oportunidade de atuar na política mato-grossense

O Parlamento Jovem está de volta após um período de recesso devido à Covid-19. A retomada desse programa, agora com nova denominação, foi solicitada pelo deputado estadual Thiago Silva (MDB) para que retornassem as eleições do Parlamento Jovem no estado. Diante desse pedido, a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) atendeu à solicitação, e foi aprovada em sessão parlamentar. Sendo assim, este ano ocorrerá a 9ª Legislatura Jovem em Mato Grosso.

Houve uma mudança na nomenclatura, passando de Parlamento Mirim para Parlamento Jovem, acompanhada por uma reformulação nos regimentos. Este novo modelo beneficiará estudantes cursando do 7º ao 9º ano do ensino fundamental, e do 1º ano do ensino médio, nas redes públicas e privadas dos municípios de Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis.

O analista legislativo e professor Hélio Dourado, coordenador do projeto Parlamento Jovem, explicou como fun-

“ Após a seleção dos dois candidatos, eles enviarão para a Assembleia a ficha do candidato que está representando a escola, contendo uma breve frase explicando por que ele deseja ser deputado jovem ”

cionarão as eleições deste ano após a reformulação, e como será o processo na prática até a escolha dos alunos candidatos, os quais terão mandato de dois anos. Nesse sentido, as escolas terão um pro-

cesso interno com o auxílio da Secretaria de Educação (Seduc) para a seleção de seu representante.

"Na escola, caso haja mais de dois candidatos, será realizado um processo prévio, que é livre. Posteriormente, ocorrerá uma aclamação em sala de aula, sendo os gestores da escola responsáveis por esse processo. Após a seleção dos dois candidatos, eles enviarão para a Assembleia a ficha do candidato que está representando a escola, contendo uma breve frase explicando por que ele deseja ser deputado jovem. Ao recebermos essas informações, estaremos registrando todos os candidatos e alimentando o sistema durante um período específico. Ao finalizar esse processo, atribuiremos aleatoriamente um número de três dígitos para cada candidato", disse Hélio.

Dourado lembra que o programa trabalha com base no estatuto, no qual os alunos interessados em participar precisam ter bom desempenho nas aulas e não podem ter nenhuma questão disciplinar ou pedagógica na escola.

" Atualmente, dentro do processo ele-

O analista legislativo e professor Hélio Dourado é coordenador do projeto



itoral, é necessário que o candidato tenha ficha limpa. Na escola, contamos com o suporte da Seduc, que fornece uma ficha de acompanhamento contendo todos os registros do aluno, incluindo frequência, boletim e relatórios. No processo inicial de inscrição, o aluno passará por uma análise de desempenho, utilizando essa ficha funcional. Por exemplo, se houver registros de advertência ou suspensão nos últimos dois anos, o aluno não poderá se inscrever, sendo orientado de acordo com o regulamento", explica.

O programa não remunera os jovens, pois é institucional e voltado para o aprendizado pedagógico, proporcionando vivência e conhecimento das políticas públicas. Com base nisso, os candidatos não podem estar vinculados a nenhum partido político, já que o único partido que cada deputado jovem representará será a escola à qual está associado e sua comunidade de residência. Eles serão responsáveis por atender às demandas de suas respectivas representações para apresentá-las durante as sessões plenárias, as quais incluem audiências públicas e reuniões do colégio de líderes.

"Ele terá um mandato de dois anos e, ao longo desse período, irá compreender o que é um projeto de lei e como fun-

ciona a assembleia, conhecendo os critérios. Ele conversará com o pessoal da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), com outras comissões parlamentares e com outros deputados. Além disso, irá

“ Atualmente, dentro do processo eleitoral, é necessário que o candidato tenha ficha limpa. Na escola, contamos com o suporte da Seduc, que fornece uma ficha de acompanhamento contendo todos os registros do aluno

dialogar com a comunidade escolar e a comunidade onde reside, a fim de ouvir suas demandas e definir as atividades a

serem realizadas”, ressaltou Dourado.

A legislatura do programa sempre conta com um padrinho e, neste ano, o deputado Thiago Silva (MDB) foi nomeado para desempenhar essa função. Sua contribuição é primordial ao projeto, atuando como representante na Assembleia e oferecendo apoio aos parlamentares jovens.

"Em todas as legislaturas, conta-se com um padrinho, o que não é uma exclusividade do Parlamento Jovem. Essa é uma prática informal e não está instituída dentro do regulamento. Entre os 24 deputados, ele será o representante do Parlamento Jovem, oferecendo suporte e trabalhando junto com outros deputados para representar os jovens parlamentares. Portanto, é mais um deputado que tem afinidade e proximidade com o projeto, sempre com preocupação voltada para o seu sucesso", pontua o coordenador.

Ao longo dos anos, o Parlamento Jovem apresentou projetos interessantes em prol da população, porém não há registro de que esses projetos tenham se tornado lei na Assembleia Legislativa. Portanto, Éder pretende trabalhar nesta nona legislatura para que os projetos de lei dos parlamentares jovens possam ser debatidos em sessões junto aos deputados estaduais. Dourado, por sua vez, dará



Alunos interessados em participar precisam ter bom desempenho nas aulas e não podem ter nenhuma questão disciplinar ou pedagógica na escola

apoio a essa iniciativa.

“Nós vamos dar suporte para que isso aconteça, mostrando que ele tem contato com os deputados, com as comissões, incluindo a CCJ, e com todos os setores da assembleia que contribuem para a construção dos projetos. O padrinho do projeto também entra em ação fazendo o encaminhamento, e essa parte é importante”, reforça Eder. As eleições do Parlamento Jovem ocorrerão no segundo semestre de 2024, mas ainda não têm data marcada. O coordenador do projeto tem expectativas de que, na 10ª legislatura do Parlamento Jovem, o programa possa ser expandido para todo o estado de Mato Grosso, proporcionando a oportunidade para que todos os jovens participem da política jovem.

História do Parlamento Jovem

O Programa Parlamento Jovem foi criado através da Resolução nº400/2001, de autoria do ex-deputado Humberto Bosaipo. Na época, foi instituído como

“
Nós vamos dar suporte para que isso aconteça, mostrando que ele tem contato com os deputados, com as comissões, incluindo a CCJ, e com todos os setores da assembleia que contribuem para a construção dos projetos
”

programa Jovem Cidadão, que compreende as instituições do Parlamento Mirim e do Parlamento Jovem Mato-Grossense. Em 2004, a Resolução nº 344 foi aprovada, estabelecendo o Regulamento e o Regimento Interno do Parlamento Mirim, parte integrante do programa Jovem Cidadão. Este Regimento contém as orientações necessárias para a instalação e funcionamento da legislatura. Entre 2005 e 2012, alunos matriculados nas escolas públicas e privadas de Cuiabá e Várzea Grande concorreram as 24 vagas de parlamentar mirim. O Parlamento Mirim Mato-Grossense foi criado pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso com o objetivo principal de proporcionar aos alunos do 5º ao 9º ano do ensino fundamental, tanto das escolas públicas quanto das privadas, a vivência do processo democrático através da participação em uma jornada parlamentar na casa de leis, incluindo a diplomação, posse e exercício do mandato por um dia.

Jayme consegue aprovação de PL para enfrentamento às “catástrofes climáticas”



Da Redação

O Projeto de Lei 5098/2019, que visa alocar recursos para enfrentamento às 'catástrofes climáticas no Brasil', foi aprovado no Senado Federal. O projeto de autoria do senador Jayme Campos (União) cria o Fundo Nacional sobre Mudanças do Clima, para prever a destinação de recursos para ações de prevenção, monitoramento e combate do desmatamento, das queimadas, dos incêndios florestais e dos desastres naturais.

O projeto ganhou prioridade depois da tragédia climática registrada no Rio Grande do Sul, cujas cheias deixaram 77.202 pessoas em abrigos; 540.188 desalojadas; e 2,3 milhões afetadas diretamente pelas enchentes. A matéria foi aprovada por unanimidade, em caráter terminativo, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e segue para a Câmara dos Deputados.

“Esperamos agora que a Câmara também dê a devida prioridade para aprovação dessa proposta. É o que esperamos neste momento de tanto sofrimento para a nossa nação” - frisou

Jayme Campos.

Além da catástrofe no Rio Grande do Sul, Jayme Campos pontuou outras tragédias recentes ocorridas no Brasil, como os incêndios registrados na Amazônia Legal e no Pantanal matogrossense. Na Amazônia, as queimadas e os incêndios florestais são fortemente associados ao desmatamento ilegal, além de desastres e fenômenos naturais.

O Pantanal foi atingido em 2020 pela maior tragédia de sua história, com a destruição de 4 milhões de hectares. Situações que, segundo ele, apontam a urgência na adoção de medidas para prevenir outras ocorrências.

Campos enfatizou que o desmatamento e as queimadas, como as que ocorreram no Pantanal, “provocam imensos impactos negativos à imagem do Brasil, sobretudo para os setores mais responsáveis do agronegócio”.

Segundo ele, há de fato também preocupação com o setor produtivo, que corre o risco de sofrer restrições de origem não tarifárias à venda de seus produtos no mercado internacional, sob o

argumento de que o país teria descuidado de suas políticas ambientais de proteção à Amazônia.

Atualmente, não há previsão legal de destinação de recursos do Fundo Clima para ações de combate às queimadas e aos desastres naturais. A proposta aprovada garante condições para o apoio financeiro para ações de monitoramento e prevenção das mudanças climáticas em todos os entes da federação. O Fundo Clima conta, somente para este ano, com cerca de R\$ 10 bilhões em caixa.

A expectativa, segundo o senador, é que ocorra, com a transferência de recursos, o fortalecimento das instituições dos diversos entes federados que atuam na área de prevenção e monitoramento desses eventos, a exemplo do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) e das brigadas de incêndio dos estados e municípios da Amazônia Legal. Ele também prevê recursos para o Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal.

PL que proíbe passagem de ferrovia na cidade é aprovado



Da Redação

O Projeto de Lei nº 49/2024, que proíbe a passagem de ferrovias por perímetros urbanos, foi aprovado pela Comissão de Infraestrutura Urbana e de Transporte, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT).

Conforme o autor do projeto, o deputado estadual Nininho (PSD), ninguém é contra o progresso, mas também é preciso preservar a população urbana.

“Muitas vezes quando a ferrovia passa muito próximo a um conjunto habitacional, a um residencial, ela vai trazer transtorno para essa população. Há um exemplo disso hoje em Rondonópolis”, argumentou.

Para o vice-presidente da Comissão, esse PL vem com o intuito de preservar os demais municípios, para que a ferrovia não passe dentro da cidade e que se tenha uma distância mínima.

“É natural a cidade crescer e lá no futuro ela se aproximar da ferrovia, agora, a ferrovia nascer dentro da cidade não é normal”, completou.

OUTROS PROJETOS

A Comissão analisou outros 17 projetos durante uma reunião ordinária. Entre as 14 matérias que receberam parecer favorável, está o Projeto de Lei nº 2262/2023, que visa tornar obrigatória a construção de bibliotecas públicas ou comunitárias nos conjuntos habitacionais feitos pelo Poder Executivo no estado.

Membro titular da comissão, o deputado estadual Wilson Santos (PSD) também é autor da proposta. “O país precisa ler, o país precisa educar a sua gente. Por isso apresentei esse projeto, que a comissão aprovou por unanimidade. Caso se transforme em lei, todos os conjuntos habitacionais construídos pelo poder público terão de ter uma biblioteca de acesso livre e gratuito para estimular a leitura”, justificou.

Além da apreciação de projetos, no encontro foi aprovado requerimento oral para solicitar informações sobre o andamento das obras do BRT, modal de transporte proposto pelo governo do estado para atender Cuiabá e Várzea

Grande.

“A nossa Comissão de Infraestrutura está preocupada com boatos, memes e informações de que o BRT deve parar por razões múltiplas, como a não indenização de terrenos particulares e não conclusão de projeto executivo. Então, foi avaliado que nada melhor que trazer os responsáveis pela obra, não só da Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística (Sinfra), como também do consórcio, para que prestem informações à sociedade aqui na comissão”, explicou o autor do pedido, Wilson Santos.

O presidente do colegiado avaliou a reunião como positiva. “Foram vários projetos, uma reunião bastante debatida e participativa pelo deputado Wilson e pelo deputado Nininho. Debates realmente propostas de interesse do cidadão mato-grossense”, afirmou Valmir Moretto (Republicanos).

RDM
REDE DE MÍDIAS

28
anos

BRASÍLIA | RIO DE JANEIRO | SÃO PAULO | CUIABÁ



Grupo RDM (Rede de Mídias Brasil), há 28 anos ininterruptos, é o maior sucesso editorial do Centro-Oeste brasileiro. Neste ano de 2024, assumimos a posição de um grupo nacional de comunicação social, com escritórios editoriais no eixo Brasília-Rio-São Paulo, e daqui, para o mundo via internet. GRUPO RDM Brasil, orgulho de ser desta terra!

BRASÍLIA-DF

📍 SHS Quadra 06 - Bloco F - Sobre Loja, Complexo Brasil 21
☎ Tel.: (61) 2193.1409 - 98160-3377 - CEP 70.316-102
@ midia@revistardm.com.br

RIO DE JANEIRO-RJ

📍 Rua Visconde de Pirajá, 495 - Ipanema
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 22.401-003
@ midia@revistardm.com.br

SÃO PAULO-SP

📍 Alameda Santos, 1817 Cj 112 - Cerqueira Cesar
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 01.419-909
@ midia@revistardm.com.br

CUIABÁ-MT

📍 Rua Hermenegildo Correia Galvão, 147 - Bairro Santa Rosa
☎ Tel.: (65) 3623-1170 9682-1470 - CEP 78.040-240
@ midia@revistardm.com.br



O MOSQUITO
NÃO ESCOLHE
O ENDEREÇO,
MAS NÓS
PODEMOS
ESCOLHER A
PREVENÇÃO!

Seu lar, sua fortaleza.
Elimine criadouros,
construa um
ambiente saudável
para todos.

Apoie essa causa!



Em caso de sintomas, procure
uma Unidade Básica de Saúde



A LUTA É DE TODOS NÓS!